

1 Contexto Operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3").

A Companhia é controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 79,87%.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança que a Companhia deve cumprir.

A Portaria ARSESP nº 160/01, que regula as condições gerais de fornecimento de gás canalizado, recentemente foi objeto de aperfeiçoamento, mediante processo de Audiência Pública, AP 03/2016, resultando na Deliberação ARSESP 732/2017, buscando modernizar a relação da concessionária com seu mercado em diversos aspectos da prestação de serviços.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Além disso, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo agente regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio vindouro.

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Certos montantes dos saldos comparativos foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício, com impacto nas demonstrações do resultado entre linhas no resultado financeiro e nas demonstrações dos fluxos de caixa sem alterações no total por atividade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal em 16 de fevereiro de 2018 e pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$). O Real é a moeda funcional da Companhia uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome o caixa.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais IFRS requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 12 – Intangíveis**

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o poder concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura.

Sujeito à aprovação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações a serem apurados nessa época. Atualmente, os valores referentes à indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura, em linha com as disposições da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), conforme divulgado na nota 12.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

- **Nota 14 - Compromissos de arrendamento operacional**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

- **Nota 23 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 24 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos – Passivos atuariais**

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

- **Nota 25 - Pagamento baseado em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e, correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 25.

- **Nota 17 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em outras despesas operacionais, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Nota 11 – Transporte não utilizado**

A Administração com base nas suas projeções de volumes a serem consumidos e nas regras vigentes dos contratos de Suprimento de Gás, entende que atualmente a Companhia será capaz de utilizar integralmente os saldos registrados na rubrica “Transporte não utilizado”.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais IFRS, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano, conforme nota 24.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

- **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.2 Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e recebíveis de partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia manteve.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivo pelo custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos (incluindo certas ações preferenciais), limite de cheque especial bancário, fornecedores, dividendos e juros sobre capital próprio.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

- **Capital social**

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

- **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting***

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) *Hedges de valor justo*

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(ii) *Outros instrumentos financeiros derivativos*

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualifica como *hedge accounting*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.3 *Estoques*

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 *Intangíveis*

(a) *Ativos intangíveis relacionados com o contrato de concessão*

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

O ativo intangível é composto por ativos adquiridos ou construídos da concessão, que compreende a infraestrutura necessária para a distribuição de gás natural, e são amortizados refletindo o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999 com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extinta a concessão, a Companhia tem o direito de solicitar a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados ao serviço de distribuição de gás. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

(b) Contratos com clientes

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados pelo período do contrato com o cliente, até o limite de vigência do contrato de concessão.

(c) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(d) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(e) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

3.5 *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão, diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(b) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.6 *Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.7 *Benefícios a empregados*

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

3.8 Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

A Companhia reconhece a receita da seguinte forma:

(a) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

(b) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência histórica anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida na demonstração do resultado pelo estágio de acabamento da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção, no final do período de referência, e são incluídos na linha de custo de vendas na demonstração do resultado do exercício.

3.9 *Arrendamentos mercantis*

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

(a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.10 *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.11 *Impostos e contribuições*

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com impostos compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas vigentes na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes. Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

3.12 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.13 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

(i) Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$106.889.

(ii) Classificação de juros

- Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

a) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- I. Identificar o contrato;
- II. Identificar as obrigações de desempenho;
- III. Determinar o preço da transação;
- IV. Alocar o preço da transação; e
- V. Reconhecer a receita

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

A Companhia atua no fornecimento de gás e prestação de serviços. Os produtos e os serviços são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 e não identificou qualquer alteração na forma de reconhecimento de receita.

Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação no CPC 47 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação do CPC 47 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho. Em 2017, a Companhia continuou a testar os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias.

Outros ajustes

As exigências de reconhecimento e mensuração no CPC 47 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não há expectativa de que o efeito dessas mudanças seja material para a Companhia.

b) CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a versão final do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do CPC 38. O CPC 48 reúne os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge accounting*. O CPC 48 é efetivo para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, sem permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá reapresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do CPC 48. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que serão disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará o CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48, que poderá resultar

em um impacto negativo sobre o patrimônio, conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com o CPC 48. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

Impairment

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros. A Administração avaliou suas perdas esperadas por toda a vida do ativo com base na abordagem simplificada por não possuir componentes de financiamentos significativos nos seus ativos financeiros. A provisão será determinada pela aplicação de percentual de perdas esperadas sobre os ativos financeiros para os créditos vencidos e a vencer, o que poderá impactar o montante de despesa de provisão para perdas. De acordo com a norma atual, a provisão para perdas é calculada apenas para os créditos vencidos.

b) *Hedge accounting*

A Companhia determinou que todas as relações de hedge existentes atualmente designadas em relações de hedge efetivas continuarão a ser qualificadas para *hedge accounting* de acordo com o CPC 48. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente o CPC 48 na transição. Como o CPC 48 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por hedges efetivos, a aplicação dos requisitos de hedge do CPC 48 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) *Outros ajustes*

Além dos ajustes descritos acima, na adoção do CPC 48, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos, e outros, serão ajustados conforme necessário.

c) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - *Leasing*)

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC 06 (R2) altera de maneira substancial as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam o CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos com Clientes.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Como resultado dessa avaliação inicial, foi avaliado que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de aluguel de imóveis. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 (R2) sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06 (R2) dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

d) ICPC 21 – Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

O ICPC 21 define que a data da transação para efeitos de determinação da taxa de câmbio deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do pagamento ou recebimento antecipado.

Esta interpretação entra em vigor para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2018. É permitida a adoção inicial de forma retrospectiva, ou prospectiva.

A Administração realizou a análise dos impactos da adoção inicial do ICPC 21 e considerou que não há qualquer efeito, uma vez que transações dessa natureza não ocorrem na Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora "ARSESP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Dada a natureza esporádica e a baixa representatividade das quantidades retiradas por usuários livres, em volumes acima daqueles contratados, estes volumes são divulgados nas demonstrações financeiras como "Outras receitas".

A composição da margem por segmento é a seguinte:

[illegible]

6 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações em títulos privados, sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos conta movimento	30.618	37.460
Aplicações financeiras	1.696.903	2.070.876
	<u>1.727.521</u>	<u>2.108.336</u>

As aplicações financeiras estão demonstradas conforme abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	1.071.636	1.549.731
Certificado de depósitos bancários - CDBs	274.461	198.109
	<u>1.346.097</u>	<u>1.747.840</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	350.806	323.036
	<u>350.806</u>	<u>323.036</u>
Total das aplicações financeiras	<u>1.696.903</u>	<u>2.070.876</u>

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com o compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

7 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos públicos	509.544	202.485
	<u>509.544</u>	<u>202.485</u>

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

8 Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Contas de gás a receber	352.844	351.831
Devedores por venda de equipamentos	9.466	14.347
Financiamentos programa de marketing	29.438	30.972
	391.748	397.150
Ajuste a valor presente	(2.184)	(4.485)
Receita não faturada ⁽ⁱ⁾	349.026	266.039
Outros	14.735	14.877
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(112.643)	(160.159)
	640.682	513.422
Circulante	611.976	479.751
Não circulante	28.706	33.671

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo custo amortizado e se equivalem ao valor justo.

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	205.372	190.669
Vencidas:		
Até 30 dias	43.018	15.345
De 31 a 60 dias	8.220	8.132
De 61 a 90 dias	5.165	3.915
Mais de 90 dias	129.973	179.089
	391.748	397.150

A movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	(136.078)
Adições	(24.098)
Reversões	17
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(160.159)
Adições	(18.154)
Baixas	65.670
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(112.643)

9 Outros tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	67.797	57.867
Programa Integração Social (PIS) ⁽ⁱ⁾	3.511	13
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ⁽ⁱ⁾	16.174	870
Outros	725	4.298
	88.207	63.048
Circulante	77.109	50.424
Não circulante	11.098	12.624

⁽ⁱ⁾ Créditos tributários extemporâneos decorrentes das atividades da Companhia, reconhecidos no resultado do exercício.

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Operações societárias / contratuais		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	1.039	1.049
	1.039	1.049
Passivo circulante		
Operações societárias / contratuais		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	8.370	7.528
	8.370	7.528

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	12.015	12.193
	12.015	12.193
Receita (despesa)		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(42.873)	(55.013)
	(42.873)	(55.013)

⁽ⁱ⁾ **Raízen Combustíveis S.A.**
Saldos a receber referente a fornecimento de gás para postos de combustíveis.

⁽ⁱⁱ⁾ **Raízen Energia S.A. (RESA)**
Os saldos registrados representam serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia.

c) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, nos exercícios estão apresentadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	16.595	15.192
Benefícios pós-emprego	275	257
Outros benefícios de longo prazo	665	534
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	2.367
Remuneração baseada em ações	616	-
	18.151	18.350

11 Transporte não utilizado

	31/12/2017	31/12/2016
Transporte não utilizado	291.290	244.006

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte não utilizado", dar-se-á à medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos.

Os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia (*take or pay para commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada. Além disso, o fornecedor permite em cláusula contratual que haja recuperação do volume eventualmente acumulado pelo prazo de 365 dias após o término da vigência dos contratos. Sendo assim, atualmente há previsão de recuperar todo o volume ora acumulado uma vez que durante o período de recuperação previsto no contrato não incorrerão novos acúmulos referente aos compromissos mínimos contratados para este período. Dada a natureza recuperável deste estoque, os montantes não utilizados foram reconhecidos no ativo na rubrica "Transporte não utilizado".

12 Intangível

	Intangível				Total
	Contrato de concessão (ii)	Fidelização de clientes (i)	Software e desenvolvimentos (i)	Intangível em andamento	
Custo					
31 de dezembro de 2015	5.754.348	1.088.511	293.943	225.110	7.361.912
Adições	-	-	-	463.566	463.566
Baixas	(189.848)	(65.694)	(62.512)	-	(318.054)
Transferências	443.508	77.205	37.275	(557.837)	151
31 de dezembro de 2016	6.008.008	1.100.022	268.706	130.839	7.507.575
Amortização					
31 de dezembro de 2015	(1.757.015)	(808.280)	(250.226)	-	(2.815.521)
Adições	(241.054)	(127.725)	(20.818)	-	(389.597)
Baixas	175.435	58.608	62.507	-	296.550
Transferências	(28)	1	(124)	-	(151)
31 de dezembro de 2016	(1.822.662)	(877.396)	(208.661)	-	(2.908.719)
31 de dezembro de 2015	3.997.333	280.231	43.717	225.110	4.546.391
31 de dezembro de 2016	4.185.346	222.626	60.045	130.839	4.598.856

	Intangível				Total
	Contrato de concessão (ii)	Fidelização de clientes (i)	Software e desenvolvimentos (i)	Intangível em andamento	
Custo					
31 de dezembro de 2016	6.008.008	1.100.022	268.706	130.839	7.507.575
Adições	-	-	-	459.847	459.847
Baixas	(182.340)	(11.554)	(1)	-	(193.895)
Transferências	323.861	41.809	23.488	(389.158)	-
31 de dezembro de 2017	6.149.529	1.130.277	292.193	201.528	7.773.527
Amortização					
31 de dezembro de 2016	(1.822.662)	(877.396)	(208.661)	-	(2.908.719)
Adições	(247.201)	(107.482)	(20.713)	-	(375.396)
Baixas	143.331	8.132	-	-	151.463
Transferências	(246)	256	(10)	-	-
31 de dezembro de 2017	(1.926.778)	(976.490)	(229.384)	-	(3.132.652)
31 de dezembro de 2016	4.185.346	222.626	60.045	130.839	4.598.856
31 de dezembro de 2017	4.222.751	153.787	62.809	201.528	4.640.875

- (i) Taxa média ponderada de 20% ao ano.
(ii) Taxa média ponderada no quadro a seguir.

Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são compostos como seguem:

	Terrenos	Tubulações	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Equipamentos e móveis administrativos	Total
Taxa média ponderada a.a. %	-	3,4	2,7	5,4	20	10	-
Custo							
31 de dezembro de 2015	27.139	3.330.876	68.084	512.280	7.221	51.733	3.997.333
Adições / Transferências	209	322.645	12.590	81.348	9.076	17.612	443.480
Amortização	-	(182.419)	(4.886)	(42.946)	(3.049)	(7.754)	(241.054)
Baixa	-	(2.061)	(1.504)	(9.971)	(156)	(721)	(14.413)
31 de dezembro de 2016	27.348	3.469.041	74.284	540.711	13.092	60.870	4.185.346
Adições / Transferências	-	226.813	21.399	65.806	4.947	4.650	323.615
Amortização	-	(187.372)	(4.838)	(43.062)	(3.890)	(8.039)	(247.201)
Baixa	-	(6.704)	-	(24.008)	(129)	(8.168)	(39.009)
31 de dezembro de 2017	27.348	3.501.778	90.845	539.447	14.020	49.313	4.222.751

Os valores reconhecidos no "Intangível", acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

Amortização

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

Juros sobre intangível em andamento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 9.799 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 14.625) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de intangível em andamento, foi de 8,43% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (11,48% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2017	31/12/2016	Vencimento
	Indexador	Taxa efetiva			
Empréstimos e financiamentos					
BNDES - Projeto V	TJLP + 2,80%	9,89%	-	57.870	jun-17
BNDES - Projeto VI	TJ462 + 1,80%	9,89%	485.807	650.581	out-20
BNDES - Projeto VI	SELIC + 1,80%	8,82%	221.222	271.926	out-20
BNDES - Projeto VI	TJLP	7,06%	1.243	2.868	out-18
BNDES - Projeto VII	TJLP + 2,00%	9,08%	119.330	77.000	jun-23
BNDES - Projeto VII	SELIC + 1,96%	9,00%	66.794	41.651	jun-23
EIB	USD + 3,88%	3,88%	127.190	170.848	jun-20
	USD + 2,94%	2,94%	70.611	89.899	set-20
	USD + LIBOR6M + 0,48%	2,14%	138.778	172.263	mai-21
	USD + LIBOR6M + 0,55%	2,00%	149.386	179.952	set-21
Resolução nº 4.131	USD + 2,36%	2,36%	249.916	245.247	mar-18
	USD + 2,46%	2,46%	165.847	162.058	fev-18
Total dos empréstimos e financiamentos			1.796.124	2.122.163	
Debêntures					
3ª emissão - 1ª série	CDI + 0,90%	7,85%	87.467	133.465	set-19
3ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,10%	8,20%	363.894	346.276	set-18
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	8,68%	197.923	183.189	set-20
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	10,30%	293.312	284.660	dez-20
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	10,65%	263.701	255.929	dez-22
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	10,53%	86.927	84.364	dez-25
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	8,99%	726.826	660.029	dez-23
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	7,41%	396.330	-	out-24
Total das debêntures			2.416.380	1.947.912	
Total			4.212.504	4.070.075	
Circulante			1.264.352	482.709	
Não circulante			2.948.152	3.587.366	

Os empréstimos, financiamentos e debêntures não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	614.424	1.165.458
25 a 36 meses	783.476	535.554
37 a 48 meses	252.636	447.506
49 a 60 meses	198.547	385.343
61 a 72 meses	87.281	149.386
73 meses em diante	1.011.788	904.119
	2.948.152	3.587.366

a. Empréstimos e financiamentos

Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

A composição da dívida da Companhia é 85,43% pós-fixada e 14,57% prefixada (2016 – 83,59% pós-fixada e 16,41% prefixada).

BNDES

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- **Projeto VI** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).
- **Projeto VII** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Santander (39,69%), Sumitomo (33,33%) e Safra (26,98%).

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021 e são garantidos por fianças bancárias. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural. Esses empréstimos estão protegidos quanto à variação cambial e juros por meio de instrumentos financeiros derivativos.

Resolução nº 4.131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2018, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da Companhia. Para mitigar risco de câmbio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos.

b. Debêntures não conversíveis

3ª Emissão

Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540 milhões, sendo que o valor total da primeira série correspondeu ao montante de R\$ 128.197; o valor total da segunda série correspondeu ao montante de R\$ 269.338 e o valor total da terceira série correspondeu ao montante de R\$ 142.465.

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.
- (ii) A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2017, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 100,69% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 101,01% e para terceira série 101,96%.

4ª Emissão

Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 591.894.

Os juros da primeira, segunda e terceira séries serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento devido em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: 8º ano (33,33%), 9º ano (33,335%) e 10º ano (33,335%).

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.
- (ii) A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2017, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 101,95% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 109,28% e para terceira série 112,47%.

5ª Emissão

Em 15 de dezembro de 2016, foram emitidas debêntures referente a 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 675 milhões.

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Para esta emissão há cláusula que determina a observância do seguinte índice financeiro:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.

Em 31 de dezembro de 2017, a porcentagem para o valor justo negociado no mercado secundário foi de 104,61% do preço unitário (PU) da curva.

6ª Emissão

Em 15 de outubro de 2017, foram emitidas debêntures referente a 6ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 400 milhões.

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês de outubro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de outubro de 2024.

Para esta emissão há cláusula que determina a observância do seguinte índice financeiro:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.

c. Covenants

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*financial covenants*).

	31/12/2017	31/12/2016
Dívida líquida	1.516.963	1.322.117
LAJIDA	1.517.924	1.964.726
(=) Dívida líquida/LAJIDA	1,00	0,67
	31/12/2017	31/12/2016
Endividamento de curto prazo	1.053.264	464.938
Endividamento total	3.754.028	3.632.938
(=) Endividamento de curto prazo/ Endividamento total	0,28	0,13

d. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo em 01 de janeiro de 2016	3.823.067
Captações	778.717
Pagamentos	(720.401)
Juros, variações monetárias e cambiais	188.692
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.070.075
Captações	452.599
Pagamentos	(723.088)
Juros, variações monetárias e cambiais	412.918
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.212.504

14 Compromissos

a. Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma e eventos” e, sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativo (passivo) regulatório

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo de gás a recuperar / (repassar) ⁽ⁱ⁾	(174.090)	(391.542)
Créditos de tributos a recuperar / (repassar)	(48.549)	(24.061)
Ajuste a valor presente sobre tributos	1.742	1.592
<i>Efeito no patrimônio líquido</i>	<u>(220.897)</u>	<u>(414.011)</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	(414.011)	116.947
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	<u>(220.897)</u>	<u>(414.011)</u>
<i>Efeito no resultado do exercício</i>		
Receitas/(despesas) não reconhecidas no resultado antes IR/CS	<u>193.114</u>	<u>(530.958)</u>
Ativo (passivo) regulatório ⁽ⁱ⁾	243.722	(480.044)
Ativo (passivo) regulatório - tributos ⁽ⁱ⁾	(12.222)	(12.874)
	<u>231.500</u>	<u>(492.918)</u>
Atualização (i)	(26.270)	(32.163)
Ajuste a valor presente (AVP) s/créditos de tributos ⁽ⁱ⁾	151	1.400
Créditos extemporâneos ⁽ⁱ⁾	(12.267)	(7.277)
	<u>193.114</u>	<u>(530.958)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada a reclassificação entre linhas para uma melhor apresentação dos saldos apresentados no ano de 2016.

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluído nas tarifas cobradas dos clientes e o custo real de gás incorrido, são apuradas em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais IFRS, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia.

b. Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de suprimentos de gás a Companhia possui um compromisso financeiro total em valor presente estimado de R\$ 5,29 bilhões, valor este que contempla o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodity quanto em transporte.

c. Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 9 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 2.847 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.201).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.035	2.798
Mais de um ano e menos de cinco anos	8.010	907
Mais de cinco anos	5.013	-
	<u>16.058</u>	<u>3.705</u>

15 Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores de gás/transporte	1.563.930	1.381.397
Fornecedores de materiais e serviços	175.881	140.213
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás	(294.976)	(294.976)
	<u>1.444.835</u>	<u>1.226.634</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2019, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 5,22 milhões de m³/dia, denominado Firme Nacional.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ.
- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2019 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m³ e volume anual contratado de 9,12 milhões de m³.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. Ambos os contratos são indexados à moeda americana.

Em 25 de fevereiro de 2014 a Companhia obteve liminar movida contra a Petrobras, que garantiu à Companhia o direito de prestar caução mensal do valor controverso devido à Petrobras, correspondente à diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., considerando a obrigação de isonomia assumida perante o Grupo Petrobras junto à Agência Reguladora Estadual - ARSESP. Inicialmente, a caução foi prestada mediante depósitos bancários e após liminar concedida pelo STJ, em 6 de novembro de 2014, passou a ser mediante carta fiança emitida por instituição financeira de primeira linha.

Dessa forma, os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de janeiro a setembro de 2014 foram garantidos em juízo mediante depósito judicial e os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de outubro de 2014 a setembro de 2015 passaram a ser garantidos mediante fiança bancária.

À partir de outubro de 2015, com o fim da política de descontos da Petrobras questionada em juízo, foi suspenso o aporte de novas fianças.

O valor garantido em depósito judicial é de R\$ 294.976 e o valor garantido por meio de fiança é de R\$ 859.627.

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	917.545	1.312.517
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(311.965)	(446.256)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Juros sobre capital próprio	57.527	56.304
Diferenças permanentes	(15.364)	(17.432)
Efeito tributário na adesão ao PERT MP 783/17	(4.438)	-
Outros	(3.184)	(4.034)
Despesa com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida)	(277.424)	(411.418)
Corrente	(63.791)	(85.878)
Diferido	(213.633)	(325.540)
Taxa efetiva	30,24%	31,35%

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016 ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Diferenças ativas		
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	(6.138)	6.425
Provisão para demandas judiciais	33.863	27.226
Ágio na incorporação	56.276	225.104
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	149.881	135.291
Conta corrente regulatória	65.318	71.040
Transações com pagamento baseado em ações	291	-
Diferenças temporárias	115.490	120.952
Outros	1.252	2.652
Tributos diferidos ativos	416.233	588.690
Diferenças passivas		
Revisão de vida útil ⁽ⁱⁱ⁾	(312.113)	(268.443)
Diferenças temporárias	(8.681)	(10.617)
Resultado não realizado com derivativos	1.513	(9.728)
Outros	(5.800)	(3.145)
Tributos diferidos passivos	(325.081)	(291.933)
Total dos tributos diferidos	91.152	296.757

- (i) O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da revisão das apurações dos exercícios de 2009   2014, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação do imposto de renda. O saldo será amortizado pelo prazo restante da concessão conforme artigo 69 da Lei 12.973/14. No ano de 2017 foi reconhecido R\$ 242.485 de base de crédito referente a revisão de vida útil do ano de 2014.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada a reclassificação entre linhas para uma melhor apresentação dos saldos apresentados no ano de 2016.

c. Moviment   o dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 01 de janeiro de 2016	593.443
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(325.540)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	28.854
Saldo em 31 de dezembro de 2016	296.757
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(213.633)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	8.028
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91.152

d. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as moviment   es das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada a provisão é revertida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributárias	16.840	15.925	39.388	34.735
Cíveis, ambientais e regulatórias	30.381	48.277	872	2.052
Trabalhistas	60.416	23.912	13.320	12.468
	107.637	88.114	53.580	49.255

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas (ii)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	14.442	42.007	18.349	74.798
Provisionado no exercício	62	1.849	8.211	10.122
Baixas por reversão ou pagamento	(89)	(1.270)	(5.383)	(6.742)
Atualização monetária	1.510	5.691	2.735	9.936
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.925	48.277	23.912	88.114
Provisionado no exercício	163	14.803	33.006	47.972
Baixas por reversão ou pagamento (i)	(341)	(10.067)	(10.849)	(21.257)
Atualização monetária (i)/(iii)	1.093	(22.632)	14.347	(7.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.840	30.381	60.416	107.637

- (i) A Companhia foi acionada judicialmente por empresa contratada para a realização de obras e serviços, conforme ajuste de preço e prazo descritos no contrato celebrado entre as partes. Na ação foi requerida indenização à Companhia quanto à suposta necessidade de recomposição da base do contrato, ao pagamento dos serviços extraordinários realizados, bem como por eventuais prejuízos sofridos. Em primeira instância, a ação foi julgada procedente, mas houve a reversão no Tribunal de Justiça que entendeu por unanimidade pelo provimento do recurso da Companhia e, portanto, pela improcedência da ação, dessa forma o processo passou a ser considerado como remoto, com efeito nas movimentações de baixas por reversão ou pagamento e atualização monetária.
- (ii) Em dezembro 2017, houve acréscimo na provisão trabalhista decorrentes da reavaliação de alguns processos judiciais pela Companhia.
- (iii) Inclui baixa de juros por reversão.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	34.239	4.685
Cíveis, ambientais e regulatórias	81.136	75.311
Tributárias	1.072.652	952.540
	1.188.027	1.032.536

Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.

Em 2017, a Companhia passou a adotar regras de contingenciamento em que o risco de cada pedido da reclamação trabalhista é avaliado individualmente.

Cíveis

Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se as autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão.

Em 2017 a Companhia teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários realizadas em 2015, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), cujo montante possível atualizado é de R\$ 73.407, questionado em esfera administrativa.

Em 2016 a Companhia teve ciência de dois autos de infração sobre amortização de despesa de ágio cujo montante possível atualizado é de R\$ 696.164, questionado em esfera administrativa, e Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre ganho de capital, no valor original de R\$ 284.368, cuja contingência é de responsabilidade do antigo acionista controlador conforme disposições contratuais.

18 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.481.205 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e um milhões e duzentos e cinco mil reais), independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

Foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017 o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828 (cento e sessenta e oito milhões e oitocentos e vinte e oito mil reais), passando de R\$ 1.312.376 (um bilhão, trezentos e doze milhões e trezentos e setenta e seis mil reais), em 31 de março de 2017, para R\$ 1.481.204 (um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões e duzentos e quatro mil reais), mediante a capitalização da reserva especial de ágio.

O capital social está representado por 101.917.264 (cento e um milhões, novecentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e quatro) ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.121.015 (vinte e oito milhões, cento e vinte e um mil e quinze) ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

Quantidades de ações – milhares em 31/12/2016						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	75.319	75,48	4.459	16,20	79.778	62,66
Integral Investments BV	14.212	14,24	-	-	14.212	11,16
Shell Brazil Holding B V	7.594	7,61	-	-	7.594	5,96
Alaska Poland FIA BDR Nivel 1	132	0,13	6.133	22,28	6.265	4,92
Atmos Master Fundo de Investimentos de ações	-	-	1.251	4,54	1.251	0,98
Outros	2.525	2,54	15.688	56,98	18.213	14,31
	99.782	100	27.531	100	127.313	100

Quantidades de ações – milhares em 31/12/2017

	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	99.242	97,38	4.624	16,44	103.866	79,87
Alaska Poland FIA BDR Nivel 1	0	0,00	6.467	23,00	6.467	4,97
Utilico Emerging Markets Limited	0	0,00	1.152	4,10	1.152	0,89
Norges Bank	1	0,00	1.096	3,90	1.097	0,84
Alaska Black Master FIA BDR Nivel 1	27	0,03	980	3,48	1.007	0,77
Outros	2.647	2,60	13.802	49,08	16.449	12,66
	101.917	100	28.121	100	130.038	100

A movimentação da quantidade de ações no exercício está apresentada a seguir:

Quantidades de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em 31 de dezembro de 2016	99.782	27.531	127.313
Aumento de capital	2.135	590	2.725
Em 31 de dezembro de 2017	101.917	28.121	130.038

b. Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2016

Lucro líquido do exercício	901.099
Juros sobre capital próprio 2016, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(165.601)
Transferência para reserva legal	(45.071)
Realização da reserva de reavaliação	311
Transferência para retenção de lucro	(620.599)
Dividendos	(70.139)

Em 31 de dezembro de 2016 **-**

Em 1º de janeiro de 2017

Lucro líquido do exercício	640.121
Juros sobre capital próprio 2017, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(169.197)
Transferência para reserva legal	(32.017)
Realização da reserva de reavaliação	214
Transferência para retenção de lucro	(3.133)
Dividendos	(435.988)

Em 31 de dezembro de 2017 **-**

c. Juros sobre capital próprio

Em 20 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2017, no valor de R\$ 169.197, para pagamento a partir de 08 de janeiro de 2018.

d. Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Companhia (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 18 de fevereiro de 2017, foi deliberada e aprovada a destinação para dividendos de R\$ 400.000 relativos ao excesso de reservas de lucros, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O montante de R\$ 399.912 foi pago em 2 de março de 2017.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 07 de novembro de 2017, foi deliberado e aprovado pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 264.012 com base na reserva de lucros acumulados e R\$ 435.988 de dividendos intercalares distribuídos com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 30 de setembro de 2017.

Lucro líquido do exercício	640.121
Movimentação de lucros acumulados	214
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2017	640.335
Constituição da reserva legal - 5%	(32.017)
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	608.318
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	152.080
Juros sobre capital próprio bruto	(169.197)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	22.853
Juros sobre capital próprio líquido	(146.344)
Dividendos intercalares pagos	(435.988)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(582.332)
Total dos dividendos a destinar em 2017	-

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

f. Reserva especial de ágio

Conforme deliberado pelos acionistas quando da aprovação do “Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence pela Companhia de Gás de São Paulo – Comgás” na AGE realizada em 19 de dezembro de 2012, o valor do benefício fiscal auferido no exercício de 2017 foi de R\$ 168.828.

19 Lucro por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico por ação	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	640.121	901.099
Ações ordinárias	491.074	691.286
Ações preferenciais	149.047	209.813
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	101.917	101.917
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.121	28.121
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	4,81836	6,78281
Ação preferencial	5,30020	7,46109
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	640.121	901.099
Ações ordinárias	490.875	691.286
Ações preferenciais	149.246	209.813
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações preferenciais	49	-
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	101.917	101.917
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.170	28.121
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	4,81641	6,78281
Ação preferencial	5,29805	7,46109

20 Receita operacional líquida

As receitas líquidas de vendas para o exercício possuem a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta na venda de gás e serviços	6.745.963	6.683.422
Receita de construção - ICPC 01	351.193	339.025
Impostos e deduções sobre vendas ⁽ⁱ⁾	(1.559.299)	(1.365.201)
Receita operacional líquida	5.537.857	5.657.246

- (i) Em 1º de abril de 2017, a alíquota efetiva do Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) sobre venda de gás foi alterada de 12% para 15%.

21 Custos e despesas por natureza

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do gás	2.530.809	2.231.897
Custo de transporte e outros	610.373	603.212
Custo de construção - ICPC 01	351.193	339.025
Despesas com pessoal	195.529	205.520
Despesas com materiais/serviços	305.606	286.428
Amortização	374.839	389.041
	4.368.349	4.055.123
Custo do produto vendido	3.492.375	3.174.134
Despesas com vendas	153.611	158.136
Despesas gerais e administrativas	722.363	722.853
	4.368.349	4.055.123

22 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(325.590)	(366.650)
Ajuste a valor justo da dívida e derivativo	(33.061)	(30.334)
Variação cambial sobre dívida	(11.501)	223.943
Derivativos de câmbio	11.126	(223.336)
Fianças e garantias sobre dívida	(27.269)	(33.935)
	(386.295)	(430.312)
Rendimentos de aplicações financeiras	216.390	200.893
	216.390	200.893
Custo da dívida, líquida	(169.905)	(229.419)
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(12.637)	(14.256)
Juros sobre outras operações ⁽ⁱ⁾	40.850	95.286
Juros sobre clientes	23.104	20.007
Juros sobre depósitos judiciais	3.153	4.515
Juros sobre operações a pagar	(48.505)	(41.144)
Outras variações monetárias	(49.930)	(75.820)
Juros sobre contingências ⁽ⁱⁱ⁾	4.883	(9.937)
Despesas bancárias	(16.553)	(12.401)
	(55.635)	(33.750)
Resultado financeiro, líquido	(225.540)	(263.169)
Despesas financeiras	(623.923)	(746.876)
Receitas financeiras	398.758	483.100
Variação cambial	(11.501)	223.943
Derivativos	11.126	(223.336)
Resultado financeiro, líquido	(225.540)	(263.169)

- (i) Durante o exercício de 2017, foram apropriados os juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 21.592, devido à mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo, referente ao exercício de 2014, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás. Durante o exercício de 2016, foram apropriados os juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 76.640, referente aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.
- (ii) Durante o exercício de 2017, houve a reavaliação de um processo cível para remoto com efeito na linha de juros sobre contingências conforme nota 17.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações em fundos de investimentos ⁽ⁱ⁾	1.346.097	1.747.840
Instrumentos financeiros derivativos	458.476	437.137
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	509.544	202.485
	<u>2.314.117</u>	<u>2.387.462</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	381.424	360.496
Contas a receber de clientes	640.682	513.422
Recebíveis de partes relacionadas	1.039	1.049
	<u>1.023.145</u>	<u>874.967</u>
Total dos ativos	<u>3.337.262</u>	<u>3.262.429</u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱ⁾	(2.007.058)	(2.516.991)
Fornecedores	(1.444.835)	(1.226.634)
Outros passivos financeiros	(51.403)	(1.943)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar ⁽ⁱ⁾	(147.235)	(70.781)
Parcelamento de débitos tributários	(7.294)	-
Pagáveis a partes relacionadas	(8.370)	(7.528)
	<u>(3.666.195)</u>	<u>(3.823.877)</u>
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱ⁾	(2.205.446)	(1.553.084)
	<u>(2.205.446)</u>	<u>(1.553.084)</u>
Total dos passivos	<u>(5.871.641)</u>	<u>(5.376.961)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada a reclassificação entre linhas para uma melhor apresentação dos saldos apresentados no ano de 2016.

Estrutura de gerenciamento de riscos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional ⁽ⁱ⁾		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Risco de taxa de câmbio e juros				
Trava de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	1.146.948	462.447	136.257	54.073
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	583.791	653.286	322.219	383.064
	<u>1.730.739</u>	<u>1.115.733</u>	<u>458.476</u>	<u>437.137</u>
Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo			<u>458.476</u>	<u>437.137</u>

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar do dia da contratação.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia dispunha dos seguintes principais riscos de créditos:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	1.727.521	2.108.336
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	509.544	202.485
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	640.682	513.422
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	458.476	437.137
Recebíveis de partes relacionadas	1.039	1.049
	<u>3.337.262</u>	<u>3.262.429</u>

(i) O “Caixa e equivalentes de caixa”, “títulos e valores mobiliários” e “instrumentos financeiros derivativos” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre A, AA e AAA.

	31/12/2017	31/12/2016
AAA	86.609	131.538
AA	2.608.932	2.488.738
A	-	127.682
	<u>2.695.541</u>	<u>2.747.958</u>

(ii) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 1.791 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos exercícios apresentados.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como parte do gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora a sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, despesas de capital, o passivo financeiro e distribuição de dividendos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa nominais de pagamento considerando a apropriação de juros até a data do vencimento.

	31/12/2017				31/12/2016
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.416.164)	(763.557)	(1.653.239)	(1.485.224)	(5.318.184)
Instrumentos financeiros derivativos	164.231	67.448	39.820	(9.033)	262.466
Fornecedores ⁽ⁱ⁾	(1.444.835)	-	-	-	(1.444.835)
Outros passivos financeiros	(51.403)	-	-	-	(51.403)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar ⁽ⁱ⁾	(147.235)	-	-	-	(147.235)
Parcelamento de débitos tributários	(7.294)	-	-	-	(7.294)
Pagáveis a partes relacionadas	(8.370)	-	-	-	(8.370)
	(2.911.070)	(696.109)	(1.613.419)	(1.494.257)	(6.714.855)
					(6.863.846)

(i) Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada a reclassificação entre linhas para uma melhor apresentação dos saldos apresentados no ano de 2016.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial no resultado em ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos:

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	(901.728)	(1.020.267)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	901.728	1.020.267
Exposição cambial, líquida	-	-

(*) Estes saldos equivalem ao valor de *nocional* em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2017.

A seguir está a análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes para os quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2017:

A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
		Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%
Em 31 de dezembro de 2017		3,40	2,55	1,70	4,25	5,10
Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$					
		25.078	(231.702)	(463.403)	231.702	463.403
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$					
		(25.078)	231.702	463.403	(231.702)	(463.403)
Impactos no resultado do exercício			-	-	-	-

(*) Para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

Risco de taxa de juros

A variação dos juros nos empréstimos e financiamentos que tem taxas flutuantes é semelhante à variação nos juros recebidos na aplicação do caixa da Companhia, também flutuante, dessa forma o risco é mitigado.

A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

					31/12/2017
Exposição taxa de juros	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	109.327	27.332	54.663	(27.332)	(54.663)
Títulos e valores mobiliários	32.247	8.062	16.123	(8.062)	(16.123)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(167.283)	(40.252)	(80.504)	40.252	80.504
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	458.476	(35.450)	(97.212)	112.318	201.566
Impactos no resultado do exercício	432.767	(40.308)	(106.930)	117.176	211.284

(i) O cenário provável para os instrumentos financeiros derivativos representa o saldo atual de marcação ao mercado.

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
CDI	6,33%	7,91%	9,49%	4,75%	3,16%
TJ462	7,75%	9,44%	11,13%	6,06%	4,38%
TJLP	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
IPCA	4,02%	5,02%	6,03%	3,01%	2,01%

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado foi uma consultoria especializada.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

Os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		Nível 2	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos				
Aplicações em fundos de investimentos	1.346.097	1.747.840	1.346.097	1.747.840
Instrumentos financeiros derivativos	458.476	437.137	458.476	437.137
Títulos e valores mobiliários	509.544	202.485	509.544	202.485
Total do ativo	2.314.117	2.387.462	2.314.117	2.387.462
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.205.446)	(1.553.084)	(2.205.446)	(1.553.084)
Total do passivo	(2.205.446)	(1.553.084)	(2.205.446)	(1.553.084)

Hedge accounting

A Comgás mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de inflação e taxa de juros.

Hedge accounting - valor justo

Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de juros e inflação “IPCA” foi designado, a partir de 1º de abril de 2015, contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimos “Debêntures 3ª emissão 2ª e 3ª séries”, utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco de juros e IPCA por percentuais do CDI.

Em maio de 2017 foi designada contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimo “Debêntures 5ª emissão”, utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco de juros e IPCA por percentuais do CDI.

Abaixo demonstramos o montante da dívida a valor justo e o efeito reconhecido no resultado do exercício.

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.208.016	(54.073)	1.153.943
Amortização de juros	(67.044)	(57.137)	(124.181)
Valor justo	162.747	(25.047)	137.700
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.303.719	(136.257)	1.167.462

Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimentos, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado aos seus acionistas.

24 Obrigações de benefícios pós-emprego

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

Esses planos são regidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, que exige que os pagamentos salariais finais sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor, quando pagos durante a aposentadoria. O nível de benefícios prestados depende da extensão dos serviços e salários dos participantes em idade de aposentadoria.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigação de benefício definido inicial	401.577	298.460
Custo dos serviços correntes	586	568
Juros sobre obrigação atuarial	42.189	40.737
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	40.044	48.491
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(16.074)	36.653
Benefícios pagos	(22.796)	(23.332)
Obrigação de benefício definido final	445.526	401.577
Valor justo inicial dos ativos do plano	(3.661)	(2.762)
Receitas de juros	(735)	(643)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	-	-
Contribuições do empregador	(23.099)	(23.588)
Benefícios pagos	22.796	23.332
Valor justo final dos ativos do plano	(4.699)	(3.661)
Passivo líquido de benefício definido	440.827	397.916

Despesas totais reconhecidas no resultado do exercício:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	586	568
Juros líquidos sobre obrigação atuarial	42.189	40.737
Rendimento esperado dos ativos do plano	(377)	(365)
Impacto no resultado do exercício	42.398	40.940

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	31/12/2017	31/12/2016
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(40.044)	(48.491)
Ganhos e (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	16.074	(36.653)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	357	278
Perdas atuariais líquidos	(23.613)	(84.866)

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto	9,52% a.a.	10,83% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Crescimento salarial médio	7,12% a.a.	7,64% a.a.
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	7,12% a.a.	7,64% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)	0,3/(tempo de serviço + 1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vem sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota (16) (b).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(27.459)	30.977

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

25 Pagamento baseado em ações

Em 2017 foi aprovado em Assembleia um modelo de remuneração baseada em ações.

As ações do Plano de Remuneração Baseado em Ações, serão transferidas integralmente após 5 anos, a contar da data da outorga, condicionado ao exercício das funções do beneficiário na Companhia, nos termos de cada Programa de outorga de ações.

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas (CGAS5) sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em ações foi utilizada a metodologia “*Black and Scholes*”.

Foi reconhecido o montante de R\$856 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima. Não houve cancelamentos e exercícios no período.

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros - %	Volatilidade	Quantidade			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga R\$
				Ações outorgadas	Ações exercidas	Em 31/12/2017			
20/04/2017	5	12,16	27,20	61.300	-	61.300	47,80	-	37,29
08/12/2017	5	10,09	30,00	97.780	-	97.780	54,25	-	36,37
				159.080	-	159.080			
